

DINHEIRO DO PETRÓLEO

VETA, DILMA AÇÃO NAS RUAS E TAMBÉM NA JUSTIÇA

Em semana decisiva, capixabas se unem a manifestantes no Rio contra o rateio de royalty. Se apelo não for atendido, o jeito será recorrer ao STF

AGÊNCIA O GLOBO



Fernanda Montenegro (de óculos à frente) reforçou manifestação junto com governadores Sérgio Cabral e Renato Casagrande e mais 200 mil participantes

ABDO FILHO
afilho@redgazeta.com.br

DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

“Até sexta-feira, dia 30, vamos aguardar pela decisão da presidente Dilma Rousseff. Se for contrária ao veto, entraremos com ação direta de inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF), na próxima semana”, afirmou o governador Renato Casagrande logo após participar da manifestação chamada “Veta, Dilma”, no Rio de Janeiro, ontem à tarde.

Segundo ele, todos os contatos já foram feitos

com ministros e a própria presidente e os motivos que justificam a reivindicação dos Estados e municípios produtores pela manutenção atual da distribuição dos royalties. “Nos próximos dias, vamos continuar trabalhando pelo veto à emenda aprovada na Câmara dos Deputados e que propõe dividir a compensação de forma igualitária entre todos os Estados e municípios”.

Os governadores do Rio e Espírito Santo e São Paulo, em menor grau, vêm conduzindo a briga pela manutenção da atual dis-

tribuição dos royalties para os casos dos blocos onde já há produção e que já foram licitados.

Enquanto votavam o novo marco regulatório do petróleo, proposto pelo governo federal para a área do pré-sal, deputados dos Estados não produtores apresentaram emendas para alterar, também, a forma de distribuição da compensação relativa aos campos já em produção.

A medida poderá representar mais de R\$ 1 bilhão de prejuízos anuais para o Espírito Santo e cerca de R\$ 4 bilhões por ano para o

Rio de Janeiro. Mas o veto da presidente Dilma pode representar um desgaste muito grande com a maioria dos governadores.

Prefeitos capixabas, como o de Vitória, João Cosser, e o de Vargem Alta, Eliezer Rabello, também presidente da Associação dos Municípios (Amunes), além de deputados e senadores da bancada capixaba, compareceram ao evento no Rio.

AÇÃO PRONTA

O procurador do Estado, Cláudio Madureira, responsável pela argu-

mentação do Espírito Santo caso a questão dos royalties vá parar no STF, está recolhido em Cachoeiro de Itapemirim, cidade natal, acertando os últimos detalhes do texto. “Está tudo pronto, basta o governador autorizar”.

“Se sancionar tudo, entramos com a ação já na semana que vem. Se Dilma vetar tudo, aguardaremos a posição do Congresso Nacional. Se o veto for derrubado, também iremos ao STF. Em caso de veto parcial, é preciso analisar o que foi vetado. São quatro artigos, o terceiro

mexe com os contratos já em vigor, se vetar, tudo bem, mas caso sancione, nos resta a Justiça”, explicou Madureira.

O procurador explica que o segundo artigo trata da redistribuição, mas fala apenas de pré-sal.

“É o artigo 3 que mexe no que já foi concedido. Vale lembrar que a questão política também precisa ser analisada. Por isso, estamos apenas esperando as ordens do governador, já que essa decisão da presidente pode não ser o último capítulo desta história”, detalhou.

A110.837.2

AGÊNCIA O GLOBO



Humor no olhar

O apelo do manifestante está no "olhar". Mesmo com tom de indignação por projeto, ato trouxe cores e irreverência às ruas.

AGÊNCIA O GLOBO



Xuxa na área

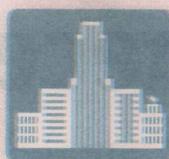
A apresentadora Xuxa e o cantor Bochecha também participaram na manifestação no Rio em defesa dos royalties.

5 RAZÕES PARA DILMA BARRAR O PROJETO



▲ É inconstitucional

Na Constituição, o artigo 20 assegura que Estados e municípios tenham uma compensação financeira da exploração de petróleo, gás natural ou outros recursos.



▲ Muito impacto

As cidades que possuem atividade petrolífera têm impactos ambientais e urbanos que outras não apresentam. É o chamado ônus do petróleo, cujo bônus é o royalty.



▲ Cofres públicos

As cidades que sempre receberam royalties vão ver suas receitas caírem significativamente de uma hora para outra, o que pode comprometer as contas públicas.



▲ Briga dos Estados

A aprovação do projeto vai acirrar ainda mais a briga entre os entes federativos. O fato abre o precedente para um tudo ou nada em questões como ICMS.



▲ Lei do petróleo

A mudança no marco regulatório do petróleo proposta pelo então presidente Lula não previa, em nenhum momento, a alteração na divisão dos royalties de áreas já licitadas.

Veto será parcial, diz fonte

RIO

A presidente Dilma Rousseff deve vetar nesta semana parte do projeto de lei que redefine a distribuição dos royalties do petróleo entre os Estados e municípios, segundo uma fonte familiarizada com a situação. Essa fonte disse que Dilma pretende propor que Rio e Espírito Santo continuem recebendo o nível de royalties que eles tiveram em 2011.

O veto parcial, acres-

centou a fonte, não irá alterar partes da lei que redefinem a distribuição de royalties pagos pela produção de novos campos petrolíferos.

A pessoa que falou à Reuters disse que ela deve apresentar o veto parcial até quinta-feira.

Embora o veto parcial deva ficar aquém das exigências do Rio, ele iria pelo menos atenuar os temores de que o Estado perderia um rendimento cru-

cial, num momento em que o Rio investe dezenas de bilhões de dólares com a Copa de 2014 e da Olimpíada de 2016.

OUTRA VERSÃO

Já fontes de O Globo afirmaram, domingo, que a presidente se irritou com a insistência do Rio em realizar a passeata, mesmo depois dos sinais que já foram emitidos de que Rio e Espírito Santo poderiam ser compensados e que o

Executivo não concordava com mudanças que messem no passado, alterando contratos que já haviam sido assinados.

A avaliação no Executivo é de que a briga dos royalties foi perdida no momento em que a reação do Rio passou a ser mais estridente, reduzindo o espaço para qualquer tipo de negociação menos "emocional".

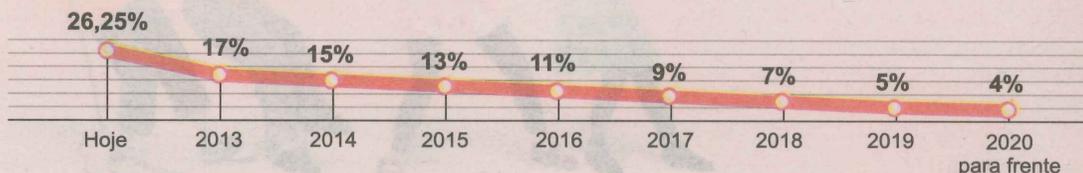
Cerca de 200 mil pessoas participaram da passeata ontem.

DERROTA HISTÓRICA

Veja como ficará a nova distribuição de royalties

	Royalties			Participação especial		
	Atual	Em 2013	A partir de 2020	Atual	Em 2013	A partir de 2020
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%
União	30%	20%	20%	50%	42%	46%
Estados produtores	26,25%	20%	20%	40%	34%	20%
Municípios produtores	26,25%	17%	4%	10%	5%	4%
Municípios afetados	8,75%	3%	2%	0	0	0
Fundo especial (beneficia Estados e municípios não produtores)	8,75%	40%	54%	0	19%	30%

ALÍQUOTA DOS MUNICÍPIOS PRODUTORES



COMO FICA A ARRECADAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO

